

Meu caro Neves

Devo resposta à sua última carta, que, por sinal, veio sem data, e hoje, embora com notável atraso, venho saldar a dívida.

É certo haver uma boa diferença de latitude entre Porto-Alegre e o Rio, mas, a julgar pelas divergências de opinião manifestadas no seio da oposição aqui e aí, dir-se-ia que estamos vivendo em pontos antípodas. Bom exemplo disso é o caso da carta, que eu escrevi para ser entregue ao presidente da República.

A minoria parlamentar, que de fato não deseja a citação da fórmula, porque a sua idéa fixa é derrubar o Getúlio, achou inconvenientes os termos da minha carta e, por seu intermédio, enviou-me a minuta de outra. Esta era um simples expediente protocolar, para encerrar as negociações; aquela encerrava uma advertencia e um apelo. Eu, que via e continuei vendo na fórmula José Maria dos Santos a única maneira de evitar o caos que se avizinha, só podia empregar a linguagem que usei; a minoria parlamentar, por sua vez, que navega em outras correntes de idéas e sentimentos, havia de repugnar, por impropria, esta mesma linguagem, que empreguei. Como resolver o conflito? Muito simplesmente. Manter, como mantive, a minha carta, pois a enviei diretamente ao destinatário, mas ~~reservando-me~~ dando-lhe uma feição puramente pessoal e expungindo dela qualquer expressão que pudesse fazer supor falasse eu em nome da minoria parlamentar. Ficará esta a salvo da feia culpa de haver desejado uma solução pacífica para o caso brasileiro, e eu também imune da culpa contrária, a de nada haver feito por conseguir tal solução. Não é engenhoso? Como "tudo isso vem a público a seu tempo", teremos, uns e outros, a "prova preconstituída da nossa conduta": nós, com a carta que escrevi; vossês, com a carta que recusaram.

Aí tem V., caro Neves, a razão pela qual, com grande magua minha, não pude subscrever a minuta da carta que me foi enviada.

Mes caro Neves

Mais não ponho no papel, porque o portador é o Mauricio, que conhece perfeitamente a minha maneira de pensar.

Com um grande abraço, extensivo a todos os companheiros, aqui fica inteiramente ás ordens, o

*Paulo Alves, 30 de Maio de 1935*

o não, mas, a julgar pelas divergencias de opiniões manifestadas no seio da opposição aqui e ali, diz-se-lhe que estamos vivendo em pontos singulares. Um exemplo disso é o caso da carta, que eu escrevi para ser entregue ao presidente da Republica. A minoria parlamentar, que de facto não deseja a eleição da fór- mula, porque a sua ideia é a de dividir o governo, achou inconvenientes os termos da minha carta e, por seu intermedio, enviou-me a minuta de outra. Esta era um simples expediente processual, para encerrar as nego- ciações; aquela encerrava uma advertencia e um apelo. Ou, que via e con- tinuo vendo na fórmula José Maria José Maria a única maneira de evitar o caso que se avaliava, só podia esperar a intervenção que usou; a mino- ria parlamentar, por sua vez, que navegava em outras correntes de idéas e sentimentos, havia de reagir, por impetiva, contra mesma intervenção, que empregaria. Como receber o conflicto muito simplesmente. Manter, como manive, a minha carta, pois a enviei directamente ao destinatário, mas ~~mantendo a minha expressão dada-lhe uma feição puramente pessoal e exclu- zindo de qualquer expressão que pudesse fazer supor falhas em em no- me da minoria parlamentar. Não há esta a salvo da falta culpa de haver desejado uma solução pacifica para o caso brasileiro, e eu tambem uni- me da culpa contrária, a de nada haver feito por conseguir tal solução. Não é engenhoso? Como tudo isso vem a público a seu tempo, temos, uns e outros, a "prova preconstituída da nossa conduta": nós, com a carta que escrevi; vosses, com a carta que receberam.~~

At tem V., caro Neves, a razão pela qual, com grande regreto minha, não pude escrever a minuta da carta que me foi enviada.